

A AGRICULTURA NA ECONOMIA PORTUGUESA
ENVOLVENTE, IMPORTÂNCIA E EVOLUÇÃO RECENTE
2011

DEZEMBRO 2012

ÍNDICE

	Pág.
1. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA	5
2. O COMPLEXO AGROFLORESTAL: PRODUÇÃO, EMPREGO E PRODUTIVIDADE	8
3. COMPLEXO AGROFLORESTAL E COMÉRCIO INTERNACIONAL	9
4. EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA AGRÍCOLA PORTUGUESA	11
4.1. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DO PRODUTO AGRÍCOLA	11
4.2. EVOLUÇÃO DO PRODUTO, DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO AGRÍCOLA	15
4.3. EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA	17
4.4. EVOLUÇÃO DA PROCURA INTERNA E DO COMÉRCIO INTERNACIONAL AGROALIMENTAR E FLORESTAL	19
4.5. A ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS	24

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS		Pág.
Quadro 1	Enquadramento Internacional	5
Quadro 2	PIB e componentes em Portugal	7
Quadro 3	Taxa de variação real do VAB a preços base (%)	7
Quadro 4	Importância do Complexo Agroflorestal no PIB	8
Quadro 5	Importância do Complexo Agroflorestal no Emprego (%)	9
Quadro 6	Importância do Complexo Agroflorestal no Comércio Internacional (%)	9
Quadro 7	Evolução da Produção, Consumos Intermédios e VABpm Agrícolas e PIBpm (valor, volume e preços)	11
Quadro 8	Taxa média de crescimento anual da Produção, dos Consumos Intermédios, do VAB Agrícola e do PIB (%)	12
Quadro 9	Estrutura da Produção agrícola e respetiva variação	14
Quadro 10	Produção, Emprego e Produtividade Agrícolas	16
Quadro 11	Produto, Emprego e Rendimento da Atividade Agrícola	17
Quadro 12	O Investimento na Atividade Agrícola a preços correntes	19
Quadro 13	Evolução do Comércio Internacional Agroflorestal e da Economia	19
Quadro 14	Orientação Exportadora (%)	20
Quadro 15	Grau de autoaprovisionamento de bens alimentares	21
Quadro 16	Importação de bens alimentares pela agricultura, IABT, restauração e consumo das famílias	22
Quadro 17	Cenário Grau de autoaprovisionamento do setor agroalimentar 2020	23
Quadro 18	N.º De Explorações e SAU segundo a Dimensão Física no RGA99 e RA09	26
GRÁFICOS		
Gráfico 1	Saldo Comercial do CAF, agroalimentar e florestal	10
Gráfico 2	Evolução do VAB _{pm} agrícola 2000-2011	12
Gráfico 3	Índices de Preços Implícitos na Produção, Consumos intermédios e VAB agrícola	13
Gráfico 4	Evolução da produtividade parcial do trabalho agrícola e respetivas componentes 2000-2011	16
Gráfico 5	Composição e Evolução do VAB _{cf} , preços correntes	18
Gráfico 6	Índices de preços implícitos no VAB _{cf} agrícola e no PIB	18
Gráfico 7	Despesa das famílias em bens alimentares e evolução da Produção, Consumo e Importações de bens alimentares.	22
Gráfico 8	Superfície total das explorações agrícolas e respetiva variação 2009/1999	27
FIGURAS		
Figura 1	Agricultura por região, dimensão económica e orientação produtiva em 2009	25

1. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

No ano de 2011 o ritmo do crescimento da atividade económica mundial abrandou, em particular nas economias avançadas, que constituem os principais destinos das exportações portuguesas, incluindo as agroalimentares.

Quadro 1: Enquadramento Internacional

	2000	2007	2008	2009	2010P	2011P	2000-2011	2007-2011
Taxa de variação anual real PIB (%)							<i>Taxa de crescimento média anual (%)</i>	
EUA	4,1	1,9	-0,3	-3,5	3,0	1,7	1,6	0,2
Zona Euro	3,9	3,0	0,2	-4,4	1,9	1,5	1,2	-0,2
OCDE	4,2	2,8	0,1	-3,8	3,2	1,8	1,7	0,3
PT	3,9	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,7	0,4	-0,8
Taxa de Desemprego (%)							<i>Taxa média (%)</i>	
EUA	4,0	4,6	5,8	9,3	9,6	8,9	6,2	7,7
Zona Euro	8,3	7,4	7,4	9,4	9,9	10,0	8,6	8,8
OCDE	6,0	5,7	6,0	8,2	8,3	8,0	6,8	7,2
PT	4,0	8,0	7,6	9,5	10,8	12,8	7,5	9,8
Taxa de variação anual real do consumo privado (%)							<i>Taxa de crescimento média anual (%)</i>	
EUA	5,1	2,3	-0,6	-1,9	2,0	2,2	2,0	0,4
Zona Euro	3,0	1,6	0,3	-1,1	0,9	0,2	1,0	0,1
OCDE	4,1	2,5	0,1	-1,7	2,2	1,6	1,8	0,6
PT	3,8	2,5	1,3	-2,3	2,1	-3,9	0,7	-0,7
Taxa de juro de curto prazo (%)							<i>Taxa média (%)</i>	
EUA	6,5	5,3	3,2	0,9	0,5	0,4	2,8	2,1
Zona Euro	4,4	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4	2,8	2,5
PT	4,4	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4	2,8	2,5
Índice de preços (Base 2005)							<i>Taxa de crescimento média anual (%)</i>	
Petróleo	52,2	133,2	178,2	113,0	146,0	204,3	13,2	11,3
Matérias primas agrícolas	87,6	131,9	126,0	104,6	140,4	155,4	5,3	4,2
Dívida pública em % do PIB							<i>Taxa de crescimento média anual (%)</i>	
Zona Euro	69,2	66,3	70,2	80,0	85,8	88,1	2,2	7,4
PT	48,4	68,3	71,6	83,1	93,4	107,8	7,6	12,1
Défice público em % do PIB							<i>Taxa média (%)</i>	
EUA	1,5	-2,9	-6,6	-11,6	-10,7	-9,7	-5,0	-8,3
Zona Euro	-0,1	-0,7	-2,1	-6,4	-6,2	-4,1	-2,9	-3,9
OCDE	0,1	-1,3	-3,4	-8,1	-7,5	-6,3	-3,5	-5,3
PT	-3,3	-3,2	-3,7	-10,2	-9,8	-4,2	-5,1	-6,2

P - Dados provisórios

Fonte: OCDE e Contas Nacionais, INE.

Data de versão dos dados: Setembro de 2012

A intensificação da turbulência financeira associada à crise da dívida soberana na zona euro foi um fator fundamental de desaceleração do crescimento do PIB da OCDE em 2011 (1,8%), para pouco mais de metade do valor registado no ano anterior.

A taxa de desemprego evoluiu de forma heterogénea dentro do grupo das economias avançadas. Nos EUA reduziu-se, mas permaneceu em níveis muito elevados (8,9%), sendo uma das causas relevantes de moderação do crescimento do consumo privado (2,2%). No conjunto

da Zona euro, a taxa de desemprego média manteve-se praticamente inalterada e elevada (10%), contribuindo para um fraco aumento do consumo privado (0,2%).

Os preços das matérias-primas continuaram a aumentar consideravelmente em 2011, em resultado do aumento do consumo por parte de algumas economias emergentes, mas também de quebras de produção de que é exemplo a seca na Rússia, e no caso do petróleo, em muito devido às tensões geopolíticas em países do Médio Oriente e Norte de África.

Verificou-se uma correção parcial dos défices orçamentais no conjunto da OCDE, que se reduziram 1,2 p.p. para 6,3% do PIB em 2011, com a zona euro a realizar um esforço ainda mais significativo (2,1 p.p., de 6,2% em 2010, para 4,1% do PIB em 2011). Na zona euro manteve-se a trajetória ascendente da dívida pública¹.

Em Portugal, não obstante o bom resultado das exportações, ocorreu uma contração do produto, (-1,7% em 2011), devido essencialmente a uma queda da procura interna (-5,7%), que atingiu todas as suas componentes; no consumo privado registou-se a maior contração das últimas décadas (-3,9%); o investimento reduziu-se fortemente e pelo terceiro ano consecutivo (-13,9%); e o consumo público diminuiu na sequência do processo de consolidação orçamental (-3,8%).

As importações diminuíram significativamente em 2011 (-5,3% face a 2010). Este facto, aliado ao crescimento das exportações (7,5%), embora a um ritmo mais lento do que o verificado em 2010, refletiu-se na redução do défice externo em 2011, que foi parcialmente atenuado pela subida de preços das importações alimentares, agrícolas e de bens energéticos.

Em 2011, o défice público foi de 4,2% do PIB, depois de ter atingido 9,8% no ano anterior (cf. quadro 1), o que é revelador da consolidação orçamental, realizado principalmente através da diminuição da despesa com pessoal e do nível de investimento público e, num menor grau, através de um aumento da carga fiscal. A dívida pública em percentagem do PIB continuou a crescer, atingindo um valor de 107,8% do PIB, cerca de 14,4 p.p. mais do que em 2010.

¹ Utiliza-se o conceito equivalente ao da chamada dívida de Maastricht, que difere do conceito de dívida direta do Estado, devido principalmente a diferenças de: 1) delimitação do sector – a dívida direta do Estado inclui apenas dívida emitida pelo Estado, enquanto na dívida de Maastricht se incluem todas as entidades classificadas, para fins estatísticos, no sector institucional das Administrações Públicas; 2) efeitos de consolidação – a dívida direta do Estado reflete apenas os passivos deste subsector, enquanto a dívida de Maastricht é consolidada, isto é, excluem-se os ativos das Administrações Públicas em passivos emitidos pelas próprias Administrações Públicas; 3) capitalização dos certificados de aforro – a dívida direta do Estado inclui a capitalização acumulada dos certificados de aforro, que é excluída da definição de Maastricht (*Nota de Informação Estatística, 21 de Julho de 2011, Banco de Portugal*)

Quadro 2: PIB e componentes em Portugal

	2000	2007	2008	2009	2010P	2011P	Taxa de crescimento médio anual (%)	
							2000-2011	2007-2011
<i>Taxa de variação em volume anual (%)</i>								
PIB	3,9	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,7	0,4	-0,8
Consumo Privado	3,8	2,5	1,3	-2,3	2,1	-3,9	0,7	-0,7
Consumo público	4,2	0,5	0,5	4,7	0,9	-3,8	1,3	0,6
Investimento	1,6	2,1	-0,1	-13,3	-3,6	-13,9	-3,5	-7,7
Procura interna	3,3	2,0	0,9	-3,3	0,8	-5,7	-0,1	-1,8
Exportações	8,8	7,5	-0,1	-10,9	8,8	7,5	3,4	1,3
Importações	5,7	5,5	2,3	-10,0	5,4	-5,3	1,4	-1,9
Taxa de Emprego	1,5	0,0	0,9	-2,7	-1,2	nd	-0,3	-1,0

P- Dados provisórios

Fonte: Contas Nacionais, INE

Data de versão dos dados: Setembro de 2012

No quadro de recessão da economia portuguesa, a taxa de desemprego atingiu o novo máximo de 12,8%, cerca de 2 p.p. mais do que em 2010, e acima do registado nas principais economias avançadas e na zona euro, 8% e 10%, respetivamente.

Em 2011, o setor **primário** e a indústria **contribuíram positivamente para o crescimento do produto**, em contraste, com a quebra na construção e os serviços. No balanço do conjunto do período **2007-2011**, o **sector primário manteve-se estável** (aumento de 0,2%), mas a indústria e o sector da construção tiveram uma variação negativa (-2,2% e -7,3%, respetivamente).

Quadro 3: Taxa de variação real do VAB a preços base (%)

	2000	2007	2008	2009	2010P	2011P	Taxa de crescimento médio anual (%)	Taxa de crescimento médio anual (%)
							2000-2011	2007-2011
<i>Taxa de variação anual real PIB (%)</i>								
Agricultura, silvicultura e pesca	-4,7	-4,6	3,1	-3,8	-1,0	2,8	-0,4	0,2
Indústria	2,4	3,0	-1,5	-9,8	2,2	0,5	-0,5	-2,2
Energia, água e saneamento	10,0	1,1	4,0	-5,6	3,6	-1,4	2,3	0,1
Construção	6,0	2,0	-4,9	-10,7	-4,3	-9,2	-4,0	-7,3
Comércio e rep. veíc.; aloj. e rest.	5,6	1,3	-1,3	0,6	2,6	-1,3	0,6	0,1
Transp. armaz.; ativ. de infor. e com.	7,5	6,8	2,7	-2,3	2,6	-0,9	2,7	0,5
Ativ. financ., de seguros e imob.	1,1	4,8	2,8	1,2	2,0	0,1	2,8	1,5
Outras atividades de serviços	3,6	2,3	1,2	0,3	0,6	-1,6	0,8	0,1
VABpb	3,8	2,7	0,4	-2,2	1,4	-1,3	0,7	-0,4

P- Dados provisórios

Fonte: Contas Nacionais, INE

Data de versão dos dados: Setembro de 2012

2. O COMPLEXO AGROFLORESTAL: PRODUÇÃO, EMPREGO E PRODUTIVIDADE

O complexo agroflorestal inclui o **complexo agroalimentar** (agricultura e indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o **complexo florestal** (silvicultura e indústrias transformadoras de produtos florestais). Tem um peso na economia nacional, segundo as estimativas para 2011, de 5,4% do PIB a preços de mercado e 13,2% do emprego. Valorizando o produto a custo de fatores², isto é, tendo em conta todos os subsídios líquidos de impostos, a importância do consumo agro-florestal na economia portuguesa aumenta (assumindo na economia portuguesa 5,8% do PIB).

Quadro 4: Importância do Complexo Agroflorestal no PIB (%)

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>Preços base</i>						
Agricultura	2,5	1,7	1,6	1,6	1,6	1,4
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,1	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2
Silvicultura	0,8	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Ind. Florestais	2,2	1,7	1,5	1,3	1,3	1,4
Complexo Agro-Florestal	7,5	5,7	5,5	5,5	5,5	5,4
<i>Custo de factores</i>						
Agricultura	2,7	2,1	2,2	2,0	nd	nd
Complexo Agro-Florestal	7,7	6,2	6,0	5,8	nd	nd

P – Dados provisórios; E - Estimativas

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE.

Data de versão dos dados: Março de 2012

Avaliado, respetivamente, em equivalentes a tempo completo de trabalho e em número de ativos empregues³, o emprego agrícola representa 8,3% e 10,7% do emprego total (dados de 2009).

² $VAB_{pm} = (Produção - Consumos Intermediários)_{pm}$; $VAB_{pb} = VAB_{pm} + ADL$; $VAB_{cf} = VAB_{pb} + ADD$; Considera-se a seguinte notação:

- VAB_{pm} é o resultado da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio a preços de mercado; pm são os preços que resultam do confronto da oferta com a procura (incluem as barreiras alfandegárias, como tarifas, quotas de produção, intervenção, etc.);
- VAB_{pb} é a valorização do produto agrícola a preços base; ADL são as ajudas diretas ligadas/subsídios ligados aos produtos líquidos de impostos (ex. pagamentos por área semeada de cereais, pagamentos por cabeça normal dos ovinos e bovinos e ajudas à produção de azeite);
- VAB_{cf} é a valorização do produto agrícola a custo de factores; ADD são as ajudas diretas desligadas/subsídios desligados líquidos de impostos (ex. regime de pagamento único (RPU), bonificações dos juros, indemnizações compensatórias, pagamentos no âmbito das medidas agro-ambientais); Esta é a medida mais adequada para estudar a evolução do produto agrícola não só na ótica do rendimento, mas também da produção, pois parte dos subsídios agrícolas destinam-se a pagar bens públicos não remunerados pelo mercado. Por exemplo, a Reforma de 2003, ao incorporar a maioria das AD ligadas num Pagamento Único Desligado de atividades específicas (RPU), levou a que o valor do produto agrícola contabilizado a preços base diminuísse; porém, esta medida não alterou o valor quando considerado a custo factores, uma vez que esta ótica de medição entra em linha de conta com as ADL e as ADD, anulando as diferenças resultantes das transferências de ADL para ADD.

³ Contabilização do emprego:

- **N.º de indivíduos** = nº de indivíduos empregados, a tempo completo ou parcial;

Quadro 5: Importância do Complexo Agroflorestal no Emprego (%)

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>Nº indivíduos</i>						
Agricultura	11,5	10,7	10,5	10,7	10,0	9,3
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2
Silvicultura	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Ind. Florestais	2,0	1,7	1,6	1,5	1,5	1,5
Complexo Agro-Florestal	16,1	14,9	14,7	14,7	13,9	13,2
<i>Equivalentes a tempo completo</i>						
Agricultura	10,0	8,3	8,2	8,3	nd	nd
Complexo Agro-Florestal	14,6	12,6	12,4	12,4	nd	nd

P – Dados provisórios; E – Estimativas

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE.

Data de versão dos dados: Março de 2012

3. COMPLEXO AGROFLORESTAL E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Quadro 6: Importância do Complexo Agroflorestal no Comércio Internacional (%)

		2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
Complexo agroalimentar no total da Economia (Bens)							
Exportações	<i>EXP agroalimentar / EXP Bens</i>	6,6	8,8	10,0	11,6	10,6	10,3
Importações	<i>IMP agroalimentar / IMP Bens</i>	12,1	12,9	13,2	15,0	14,1	15,5
Saldo Comercial	<i>SC agroalimentar / SC Bens</i>	22,4	21,7	19,0	21,7	21,9	34,3
Complexo Florestal no total da Economia (Bens)							
Exportações	<i>EXP florestal / EXP Bens</i>	9,4	8,0	7,7	7,9	8,7	9,7
Importações	<i>IMP florestal / IMP Bens</i>	3,9	3,5	3,2	3,4	3,3	3,5
Saldo Comercial	<i>SC florestal / SC Bens</i>	-6,3	-6,5	-5,1	-5,5	-8,8	-19,5
Importância do Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens)							
Exportações	<i>EXP agroflorestal / EXP Bens</i>	16,0	16,8	17,7	19,5	19,3	20,0
Importações	<i>IMP agroflorestal / IMP Bens</i>	16,0	16,3	16,3	18,4	17,4	18,9
Saldo Comercial	<i>SC agroflorestal / SC Bens</i>	16,1	15,3	13,9	16,2	13,1	14,8
Importância do Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens e Serviços)							
Exportações	<i>EXP agroflorestal / EXP Bens+serviços</i>	12,6	12,4	13,0	13,9	14,0	14,8
Importações	<i>IMP agroflorestal / IMP Bens+serviços</i>	14,0	14,1	14,1	15,6	14,8	16,0
Saldo Comercial	<i>SC agroflorestal / SC Bens+serviços</i>	17,9	20,7	17,9	21,8	18,3	27,3

P - Dados provisórios; E - Estimativas

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE.

Data de versão dos dados: Março de 2012

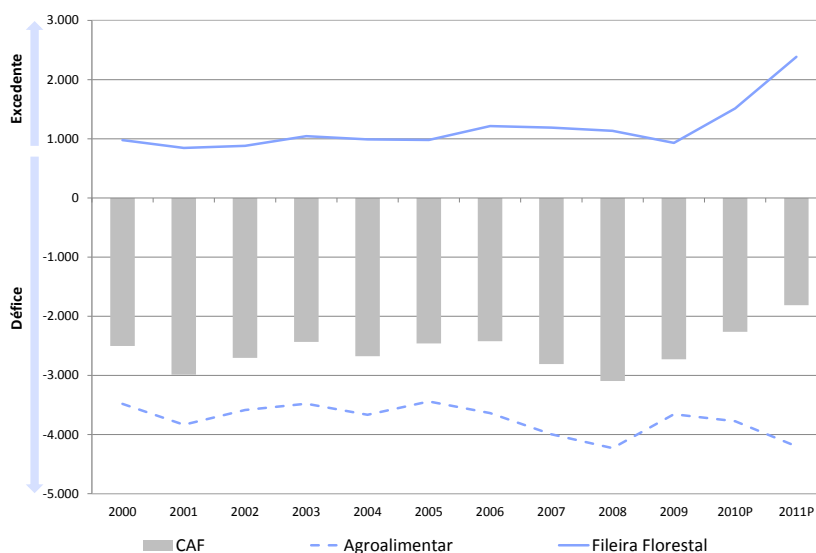
- **Equivalentes a tempo completo de trabalho (ETC/UTA - Unidade de Trabalho Agrícola)** = (Total de horas trabalhadas) / (média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo).
O volume de trabalho medido em **UTA** é, em regra, inferior ao emprego em **n.º de indivíduos**. A diferença entre ambos, bem como a adequação da medição do volume de emprego em UTA, será tanto maior quanto maior for o trabalho prestado a tempo parcial, permitindo aferir da importância do emprego agrícola na economia ou proceder à análise (comparada) da produtividade do trabalho.

O complexo agroflorestal representa, respetivamente, cerca de 15% e 16% do valor das exportações e importações de bens e serviços da Economia, segundo as estimativas para 2011. Estas apontam para que o défice do complexo agroflorestal represente 27,3% no défice da balança comercial da economia⁴, o que significa um aumento face aos anos mais recentes. Como podemos verificar no gráfico 1, em 2008-2011 o défice comercial do complexo agroflorestal reduziu-se continuamente, pelo que o aumento da sua importância relativa no défice da balança comercial nacional se ficou a dever ao facto de tal redução ter sido menos intensa do que a verificada noutras componentes da balança comercial.

A diminuição do défice comercial do complexo agroflorestal ficou a dever-se a um aumento do excedente comercial florestal que mais que compensou o acréscimo verificado ao nível do défice agroalimentar.

O fator que mais dificulta a redução do défice comercial externo das atividades agroalimentares é a forte dependência de importação de cereais e de outros produtos para alimentação animal, agravada pela tendência de crescimento dos respetivos preços.

Gráfico 1: Saldo comercial do CAF, agroalimentar e florestal
(milhões de euros)



P – Dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Estatísticas do Comércio Internacional de bens, INE.

⁴ $(EXP_{CAF} - IMP_{CAF}) / (EXP_{Totais} - IMP_{Totais})$.

4. EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA AGRÍCOLA PORTUGUESA

Neste ponto apresentam-se os dados relativos à evolução recente do produto agrícola português com referência ao início da década, avaliando as repercussões da evolução das diferentes componentes (ponto 4.1). É, também, efetuada uma análise à evolução do rendimento da atividade agrícola centrada na produtividade do trabalho e na relação preços/subsídios (pontos 4.2 e 4.3). Conclui-se o ponto analisando a procura de produtos agroalimentares e florestais, nomeadamente a evolução do respetivo comércio internacional (ponto 4.4).

4.1. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DO PRODUTO AGRÍCOLA

A atividade agrícola caracteriza-se por uma grande volatilidade em resultado da elevada exposição a fatores instáveis de natureza económica e de natureza climática. Esta característica deverá estar presente na análise da evolução da produção agrícola.

Quadro 7: Evolução da Produção, Consumos Intermédios e VAB_{pm} Agrícolas e PIB_{pm} (valor, volume e preços)

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E	Taxa de crescimento média anual 2000-2011	Taxa de variação 2010-2011	Taxa de variação 2010-2011
Produção agrícola									
Preços correntes	100,0	104,2	109,3	102,6	105,5	104,2	0,4	4,2	-1,4
Preços constantes 2000	100,0	99,8	102,4	101,3	99,4	98,5	-0,1	-1,5	-0,9
IPI Produção	100,0	104,5	106,8	101,3	106,2	105,8	0,5	5,8	-0,4
Preços correntes	100,0	122,7	131,5	122,2	128,1	135,2	2,8	35,2	7,1
Preços constantes 2000	100,0	104,5	105,9	104,5	103,2	100,0	0,0	0,0	-3,2
IPI Consumos intermédios	100,0	117,3	124,2	116,9	124,1	135,2	2,8	35,2	11,1
VAB_{pm} agrícola									
Preços correntes	100,0	83,3	84,0	80,3	79,9	68,9	-3,3	-31,1	-11,0
Preços constantes 2000	100,0	93,5	97,6	97,1	94,3	96,5	-0,3	-3,5	2,2
IPI VAB _{pm}	100,0	89,1	86,1	82,7	84,7	71,4	-3,0	-28,6	-13,4
PIB_{pm}									
Preços correntes	100,0	133,0	135,1	132,3	135,6	134,4	2,7	34,4	-1,2
Preços constantes 2000	100,0	108,2	108,2	105,1	106,5	104,8	0,4	4,8	-1,7
IPI PIB	100,0	122,9	124,8	126,0	127,3	128,2	2,3	28,2	0,9

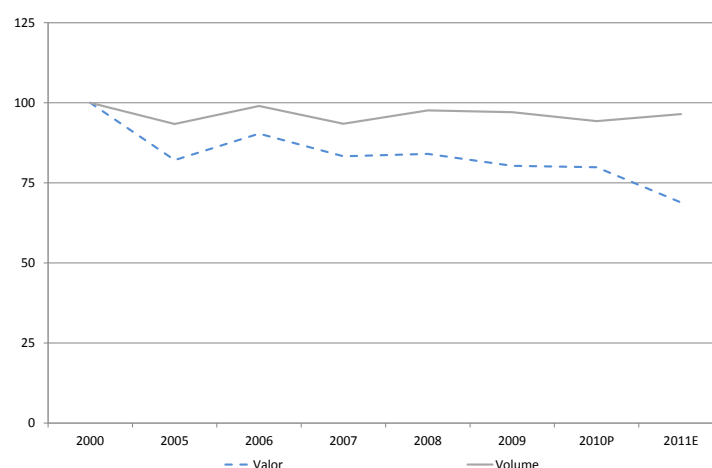
Nota: O Índice de Preços Implícito (preços correntes /preços constantes *100) expressa a evolução dos preços ou de valorização de determinada variável.

P - Dados provisórios; E - Estimativas

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

O **produto agrícola** em volume (a preços constantes) registou um decréscimo de 3,5% em 2011 face ao ano 2000, o que equivale a uma redução média anual de 0,3% no período. Contudo, analisando a evolução do VAB em valor (a preços correntes), o decréscimo foi muito mais acentuado: 31,1% em 11 anos, o que equivale a uma quebra média anual de -3,3% no período. Para o ano de 2011 estima-se uma variação positiva do produto em volume de 2,2%, mas uma diminuição de 11% quando avaliado em valor (cf. quadro 7).

Gráfico 2: Evolução do VAB_{pm} Agrícola 2000-2011
(2000=100)



P - Dados provisórios; E - Estimativas

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

Quadro 8: Taxa média de crescimento anual da Produção, dos Consumos

Intermédios, do VAB Agrícola e do PIB (%)

	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
	2011/2000 ^E			2011/2010 ^E		
Produção agrícola_{pm}	-0,1	0,5	0,4	-0,9	-0,4	-1,3
Consumos intermédios	0,0	2,8	2,8	-3,1	8,9	5,5
VAB_{pm} Agricultura	-0,3	-3,0	-3,3	2,3	-15,8	-13,8
PIB_{pm}	0,4	2,3	2,7	-1,6	0,7	-0,9

E - Estimativas

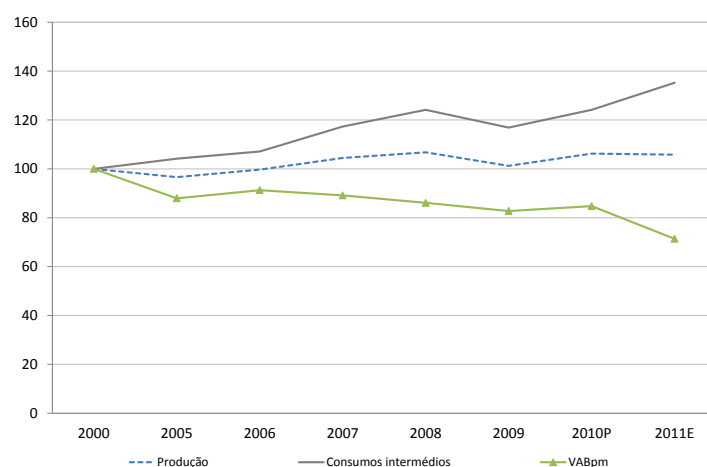
Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

O contraste observado entre as evoluções do produto agrícola em valor e em volume deveu-se à **forte diminuição dos preços implícitos no produto agrícola** (-28,6%) no período 2000-2011 (média anual de -3%), em virtude da conjugação de um **crescimento acentuado dos preços**

dos consumos intermédios (35,2%, média anual 2,8%) com uma relativa **estabilização dos preços do conjunto da produção agrícola** (5,8%, média anual 0,5%).

Um dos traços mais marcantes da evolução agregada da economia agrícola portuguesa na última década foi a **forte degradação dos preços da produção agrícola face aos preços dos bens intermédios por ela utilizados**, particularmente visível em 2011, em que se registou uma subida destes de 8,9% face ao ano anterior. Tal degradação provoca um aumento do peso dos consumos intermédios na produção (em valor) de 53% em 2000 para 69% em 2011.

Gráfico 3: Índices de Preços Implícitos na Produção, Consumos intermédios e VAB agrícola



P - Dados Provisórios; E - Estimativas

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2012

A análise da estrutura e dinâmica de evolução da produção agrícola portuguesa⁵, no período 2000-2011, e, especificamente, em 2010-2011 (cf. quadro 8 e 9), permite constatar:

- **Ligeiro crescimento da produção agrícola** global em volume no período 2000-2011, apesar do decréscimo verificado no ano 2011;
- **Prevalência da produção vegetal (52%) sobre a produção animal (43,2%), muito mais acentuada se medida pelo produto (84% e 16%, respectivamente);**

⁵ Com a última atualização metodológica das Contas Económicas da Agricultura (CEA) o vinho e o azeite produzidos em adegas e lagares cooperativos deixam de ser considerados na produção agrícola, sendo contabilizados na indústria das bebidas e nas indústrias alimentares, respetivamente. Apenas a produção de vinho e azeite por produtores individuais é considerada na produção agrícola. Por esta razão, a evolução verificada nestes sectores, segundo as CEA, não representa a totalidade da produção nacional de vinho e azeite, sendo mesmo residual neste último caso.

- **Concentração da produção em quatro setores:** produtos hortícolas, frutos, vinho, na produção vegetal, e leite, na produção animal;
- **Importância crescente dos produtos hortícolas**, com 17,4% da produção em 2011, e dos **frutos**, com 17,3%;
- **Diminuição da produção animal em volume** no período 2000-2011, ao contrário da produção vegetal.

Nota metodológica

Com a última atualização metodológica das Contas Económicas da Agricultura (CEA) o vinho e o azeite produzidos em adegas e lagares cooperativos deixam de ser considerados na produção agrícola, sendo contabilizados na indústria das bebidas e nas indústrias alimentares, respetivamente. Apenas a produção de vinho e azeite por produtores individuais é considerada na produção agrícola.

Por esta razão, a evolução verificada nestes sectores, segundo as CEA, não representa a totalidade da produção nacional de vinho e azeite, sendo mesmo residual neste último caso. O vinho e o azeite representavam, em 2010, segundo a metodologia anterior, respetivamente 13,9% e 2,2% da produção agrícola, de acordo com a nova metodologia, o vinho e o azeite passaram a representar, apenas, 6,8% e 0,1%, respetivamente.

Quadro 9: Estrutura da Produção agrícola e respetiva variação

	Estrutura em 2011P	Taxa de variação 2011P/2000		Taxa de variação 2011P/2010P	
		Volume	Volume	Preço	Valor
Cereais	3,7	22,2	17,3	2,6	20,4
Plantas industriais	0,5	-69,9	-50,6	-4,2	-52,6
Plantas forrageiras	4,8	-30,0	0,9	2,0	3,0
Vegetais e Produtos hortícolas	17,4	10,5	-1,7	-3,6	-5,2
Batatas	1,8	-20,4	1,1	-6,3	-5,3
Frutos	17,3	22,2	-1,6	-3,0	-4,5
Vinho	5,7	-14,4	-18,0	1,6	-16,7
Azeite	0,1	209,4	6,3	3,7	10,2
Outros produtos vegetais	0,7	-12,7	19,4	-5,3	13,0
PRODUÇÃO VEGETAL	52,0	4,9	-3,0	-2,0	-4,9
Bovinos	8,6	10,0	4,0	7,3	11,7
Suínos	9,3	12,8	0,5	2,9	3,4
Aves de capoeira	7,7	15,2	-1,3	3,8	2,4
Leite	11,4	-4,7	-0,2	7,0	6,8
Outros produtos animais	6,1	-17,2	1,1	15,9	17,1
PRODUÇÃO ANIMAL	43,2	-2,1	0,3	4,7	5,0
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS	3,0	23,5	-1,7	0,0	-1,7
ACTIVIDADES SECUNDÁRIAS	1,8	-19,8	4,7	-1,7	2,9
PRODUÇÃO RAMO AGRÍCOLA	100,0	1,7	-1,5	0,8	-0,7

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.
Atualizado a outubro de 2012

As componentes mais dinâmicas da produção animal, como é o caso dos suínos e aves de capoeira, são fortemente utilizadoras de consumos intermédios de bens maioritariamente importados (cereais, alimentos para animais e energia), cujos preços têm tido um comportamento muito volátil e tendencialmente crescente com repercussões importantes ao nível do aumento dos custos de produção.

Por este facto, o valor acrescentado do setor animal⁶ representa uma parcela diminuta do valor acrescentado agrícola: em média, no período 2007-2011, representa 16,4% do VAB agrícola a preços base (inclui subsídios ligados), o que fica muito aquém do seu peso na produção agrícola (cerca de 43%).

4.2. EVOLUÇÃO DO PRODUTO, DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO AGRÍCOLA

Medido em volume de trabalho/UTA, o **emprego na agricultura** reduziu-se 26,1%, no período de 2000-2011. Conforme se ilustra no Gráfico 4, a conjugação desta acentuada quebra do volume de trabalho agrícola (-2,7%, em média anual) com uma ligeira diminuição do produto agrícola (-0,3%, em média anual), revela um forte acréscimo da produtividade parcial do trabalho no setor agrícola: 30,5% no período 2000-2011 (2,5%, em média anual). Especificamente para o ano 2011 estima-se uma variação negativa do emprego agrícola de 3,2% face a 2010 e uma variação positiva do produto em volume de 2,2%, resultando num importante acréscimo de produtividade de 8,3%.

Deste modo, a **produtividade do trabalho agrícola tem vindo a crescer a um ritmo substancialmente superior** ao verificado no conjunto da economia, embora se situe ainda em níveis médios muito reduzidos, sendo sempre de atender à existência de estratos de agricultura com níveis de produtividade muito distintos e crescentes à escala. Este aumento da produtividade média resulta de duas razões fundamentais:

- Diminuição acentuada do número e do peso relativo das explorações mais pequenas;
- Melhorias tecnológicas e alterações da ocupação cultural, reveladoras de capacidades de inovação e de adaptação dos agricultores.

⁶ De acordo com estimativas do GPP, baseadas nos dados do INE.

$VAB_{\text{setor animal}} = \text{Produção}_{\text{animal}} - \text{alimentos para animais} - \text{despesas veterinárias} - \text{energia}$ (em que, a energia afetada ao setor animal foi estimada proporcionalmente ao peso da produção animal na produção total).

Quadro 10: Produção, Emprego e Produtividade Agrícolas

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E	Taxa de crescimento média anual (2000-2011)	Taxa de variação (2010-2011)	Taxa de variação (2010-2011)
Produção_{pm}									
Preços correntes	100,0	104,2	109,3	102,6	105,5	104,2	0,4	4,2	-1,4
Preços constantes 2006	100,0	99,8	102,4	101,3	99,4	98,5	-0,1	-1,5	-0,9
VAB_{pm}									
Preços correntes	100,0	83,3	84,0	80,3	79,9	68,9	-3,3	-31,1	-11,0
Preços constantes 2006	100,0	93,5	97,6	97,1	94,3	96,5	-0,3	-3,5	2,2
Emprego (UTA)	100,0	83,8	82,5	81,5	77,1	73,9	-2,7	-26,1	-3,2
Produtividade*	100,0	111,6	118,3	119,2	122,2	130,5	2,5	30,5	8,3

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

Gráfico 4: Evolução da produtividade parcial do trabalho* agrícola e respetivas componentes 2000-2011



*Produtividade = VABpm (preços constantes)/UTA

Fonte: GPP, a partir de CEA (Base 2006), INE

4.3. EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

No período 2000-2011, apesar do forte crescimento da produtividade real do trabalho⁷ (30,5%, ou seja, 2,5% em média anual), o poder aquisitivo do rendimento unitário do trabalho agrícola⁸ diminuiu 13,5 % (-1,3% em média anual), conforme se pode verificar pela análise do gráfico 4 e do quadro 11. Ainda assim, este decréscimo foi minorado pelo aumento do valor dos subsídios, que compensaram em parte a degradação dos preços agrícolas.

Conforme ilustrado no gráfico 5, os subsídios⁹ cresceram a uma taxa média anual de 3% (2,9% líquidos de impostos) em termos nominais, no período 2000-2011, o que representa um aumento médio anual de 0,7%¹⁰ do poder aquisitivo real. Atualmente, os subsídios representam 30% do rendimento agrícola (em média trianual).

Quadro 11: Produto, Emprego e Rendimento da Atividade Agrícola

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^P	Taxa de crescimento média anual ^P (2000-2011)	Taxa de variação ^P (2010-2011)
IPI VABpm	100,0	89,1	86,1	82,7	84,7	71,4	-3,0	-13,4
IPI VABcf	100,0	100,6	100,4	91,9	98,6	85,0	-1,5	-13,6
IPI PIBpm	100,0	122,9	124,8	126,0	127,3	128,2	2,3	0,9
IPI VABcf / IPI PIBpm	100,0	81,8	80,5	72,9	77,5	66,3	-3,7	-11,2
Subsídios líquidos de impostos	100,0	138,5	156,3	126,0	147,3	136,5	2,9	-10,8
VABcf em valor	100,0	94,0	98,0	89,2	93,0	82,0	-1,8	-11,0
VABcf real*	100,0	76,5	78,5	70,8	73,0	63,9	-4,0	-9,1
Emprego (UTA)	100,0	83,8	82,5	81,5	77,1	73,9	-2,7	-3,2
VABcf/UTA em valor	100,0	112,2	118,9	109,5	120,6	110,9	0,9	-9,6
VABcf real*/UTA	100,0	91,3	95,2	86,9	94,7	86,5	-1,3	-8,2

* Deflacionado pelo IPI PIBpm.

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

⁷ Produtividade do trabalho: VABpm a preços constantes por UTA.

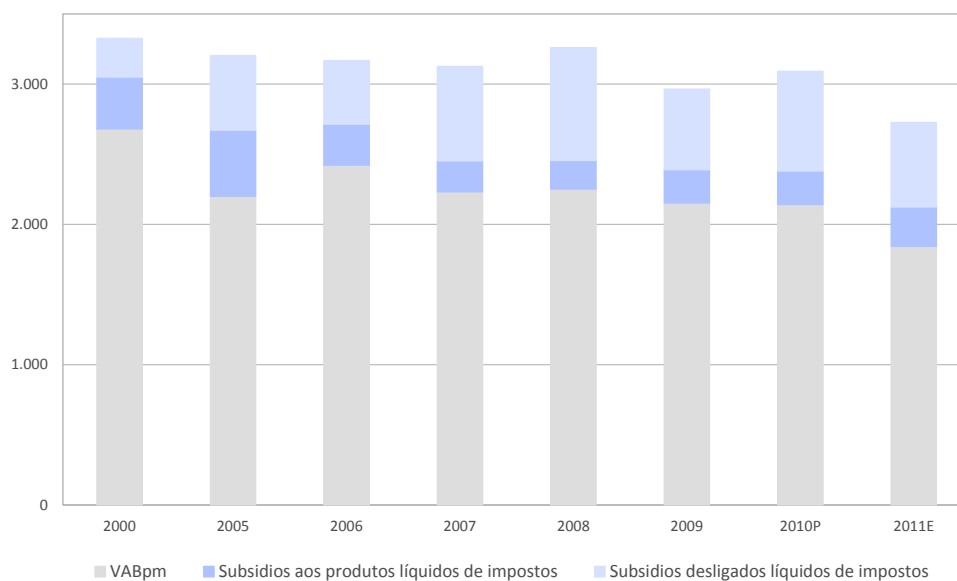
⁸ VABcf por UTA deflacionado pelo Índices de Preços Implícitos no PIB (CN, INE).

⁹ Distinguímos entre Subsídios aos produtos e Subsídios desligados. Os primeiros englobam as ajudas ligadas a produções específicas, entre outras, os pagamentos aos produtores de cereais, os pagamentos aos ovinos e bovinos e as ajudas à produção de azeite. Os subsídios desligados são aqueles de que as unidades produtoras beneficiam devido à sua atividade produtiva, mas que não são ligados nem a produções específicas nem ao volume da produção. Incluem, por exemplo, o regime de pagamento único (RPU), as bonificações de juros, as ajudas às retiradas de terras, as indemnizações compensatórias e as medidas agroambientais. A introdução do RPU a partir de 2005, em substituição de ajudas diretas, foi o fator determinante do forte crescimento dos subsídios desligados e da redução dos subsídios aos produtos.

¹⁰ Recorrendo ao deflador do PIB (GPP a partir de CN, INE). A evolução anual dos subsídios apresenta alguns comportamentos atípicos devido ao calendário de pagamentos (Dezembro ano n a Junho ano n+1) que pode levar à concentração da contabilização dos subsídios em determinados anos em detrimento de outros.

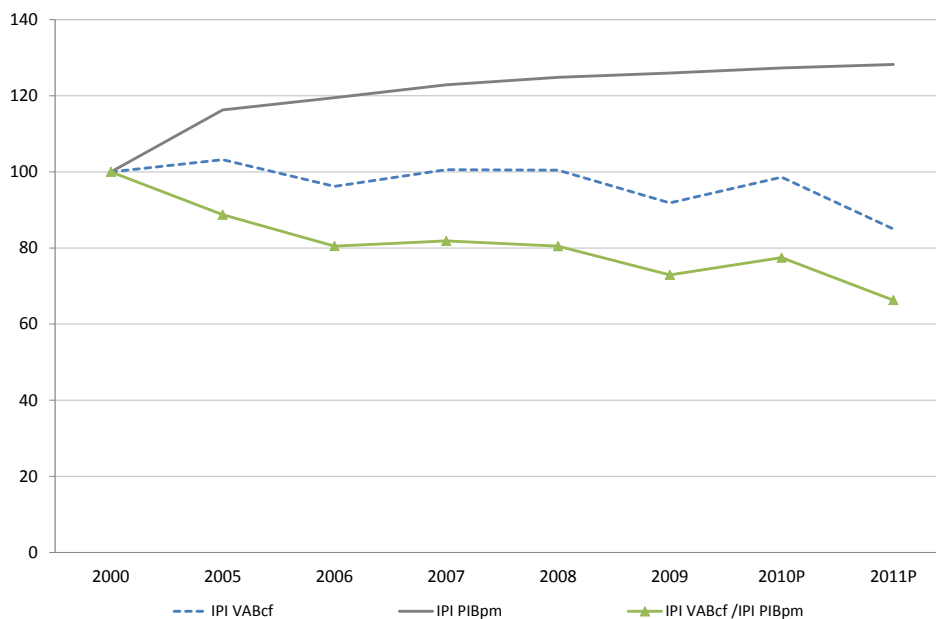
Gráfico 5: Composição e Evolução do VABcf, preços correntes

(milhões de euros)



Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

Gráfico 6: Índices de preços implícitos no VAB_{cf} agrícola e no PIB



Fonte: GPP, a partir de CEA (Base 2006), INE

À semelhança do conjunto da Economia, o investimento na atividade agrícola sofreu uma queda no período 2000-2011: -2,8% em média anual, a preços constantes. Tal evolução dever-se-á quer à conjuntura económica, quer à descida do rendimento. Sem se inverter a trajetória

do rendimento, a manutenção de níveis de investimento indispensáveis para aumentar a competitividade será muito exigente para os agricultores.

Quadro 12: O Investimento na atividade agrícola a preços correntes

		2000	2005	2006	2007	2008	2009 ^P	2010 ^P
FBCF	<i>(2000=100)</i>	100,0	97,8	97,5	100,0	95,2	89,4	86,8
FBCF/VAB_{cf}	%	23,2	23,5	23,7	24,6	22,5	23,2	21,6

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

4.4 EVOLUÇÃO DA PROCURA INTERNA E DO COMÉRCIO INTERNACIONAL AGROALIMENTAR E FLORESTAL

O dinamismo das exportações do complexo agroflorestal tem-se traduzido em taxas de crescimento superiores às do resto da economia: as exportações a preços correntes de bens agroalimentares e florestais cresceram 6,2% em média anual, no período 2000-2011, quando a taxa de crescimento anual do total de bens exportados por Portugal foi de 4%.

Quadro 13: Evolução do Comércio Internacional Agro-florestal e da Economia

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^P	Taxa de crescimento média anual (2000-2011)	Taxa de variação (2010-2011)
<i>(milhões de euros)</i>								
	<i>preços correntes</i>							
Complexo Agro-alimentar								
Importações	5.389	7.556	8.326	7.561	7.910	8.806	4,6	11,3
Exportações	1.910	3.560	4.098	3.904	4.135	4.606	8,3	11,4
Saldo comercial	-3.479	-3.995	-4.228	-3.657	-3.775	-4.199		
Complexo Florestal								
Importações	1.740	2.034	2.011	1.731	1.876	1.967	1,1	4,9
Exportações	2.717	3.221	3.145	2.662	3.389	4.352	4,4	28,4
Saldo comercial	977	1.188	1.134	930	1.513	2.385		
Complexo Agro-Florestal								
Importações	7.129	9.589	10.337	9.292	9.786	10.773	3,8	10,1
Exportações	4.627	6.782	7.243	6.566	7.524	8.959	6,2	19,1
Saldo comercial	-2.502	-2.808	-3.094	-2.726	-2.262	-1.814		
Total da economia - Bens								
Importações	44.429	58.747	63.271	50.574	56.194	56.943	2,3	1,3
Exportações	28.909	40.343	41.000	33.717	38.936	44.697	4,0	14,8
Saldo comercial	-15.520	-18.404	-22.271	-16.857	-17.258	-12.247		

p – dados provisórios GPP, a partir de CAE, INE.

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais, INE.

O crescimento das exportações do complexo agroflorestal baseou-se em particular na componente agroalimentar, cuja taxa de crescimento média anual das exportações, em valor, foi de cerca de 8,3%.

Os dados preliminares de 2011 revelam um crescimento substancial das exportações florestais (cerca de 28,4%, em valor), atingindo os níveis mais elevados da década (cf. quadro 13).

A orientação setorial do complexo agro-florestal para o mercado externo tem aumentado, acompanhando a tendência global da economia, mas de modo ainda mais acentuado.

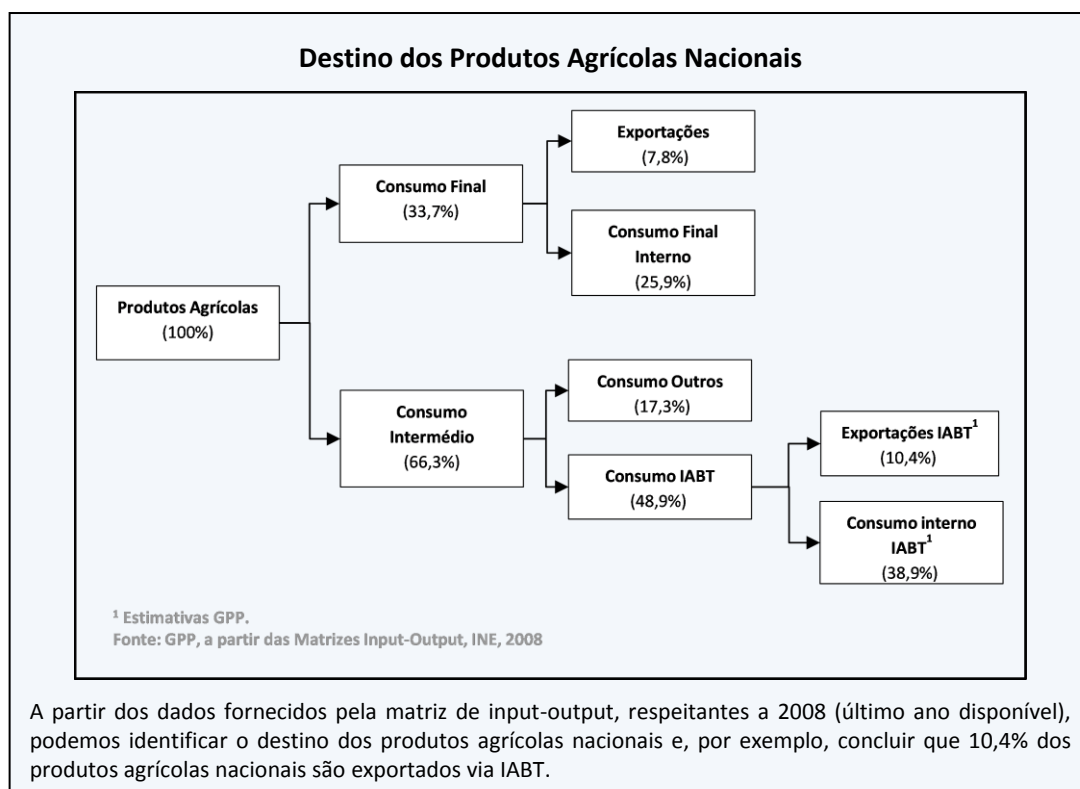
Quadro 14: Orientação Exportadora (%)

	2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^P
Agricultura	3,4	7,3	8,4	9,4	9,1	9,9
Ind. Alimentares, bebida e tabaco	15,1	22,8	24,1	23,9	25,5	28,2
Silvicultura	6,8	17,2	20,4	9,6	nd	nd
Indústrias Florestais	35,9	38,8	39,3	36,0	45,7	54,8
Complexo Agro-Florestal	18,0	23,7	24,4	23,4	nd	nd
Transacionáveis	22,5	26,1	25,9	26,9	nd	nd
Total da economia - Bens	15,3	17,2	16,9	15,2	nd	nd

Fonte: GPP, a partir de INE.

Dentro do complexo agroflorestal, é a agricultura que apresenta os valores mais baixos de orientação exportadora: as exportações diretas representaram, em 2010, 10% da produção agrícola. Tal deve-se, em certa medida, à especificidade de parte dos produtos agrícolas que requerem algum grau de transformação para poderem ser exportados. Note-se que cerca de metade dos produtos agrícolas nacionais é incorporada nas indústrias alimentares, bebidas e tabaco, enquanto consumo intermédio (ver caixa).

Em 2010, segundo estimativas do GPP, as exportações das IABT incorporam 18% de bens agrícolas nacionais, o que corresponde a cerca de 11% da produção agrícola. Assim, a orientação exportadora direta e indireta duplicaria sendo aproximadamente 21%.



O grau de autoaprovisionamento alimentar tem-se mantido estável na última década e é de cerca de 83%. Se for corrigido das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares (deduzindo, portanto, as duplicações ao longo da fileira, de que é exemplo a alimentação animal) apresentava, em 2009, um valor próximo dos 73%.

Quadro 15: Grau de autoaprovisionamento¹ de bens alimentares² (%)

	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010P	2011P
Grau de autoaprovisionamento	83,2	83,6	82,8	82,1	82,2	83,0	82,8	81,9
Grau de autoaprovisionamento corrigido¹				71,3	70,9	73,0		

¹ Com correção das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares

²Corresponde ao agregado agricultura (sem tabaco e algodão), pescas e indústrias alimentares e bebidas.

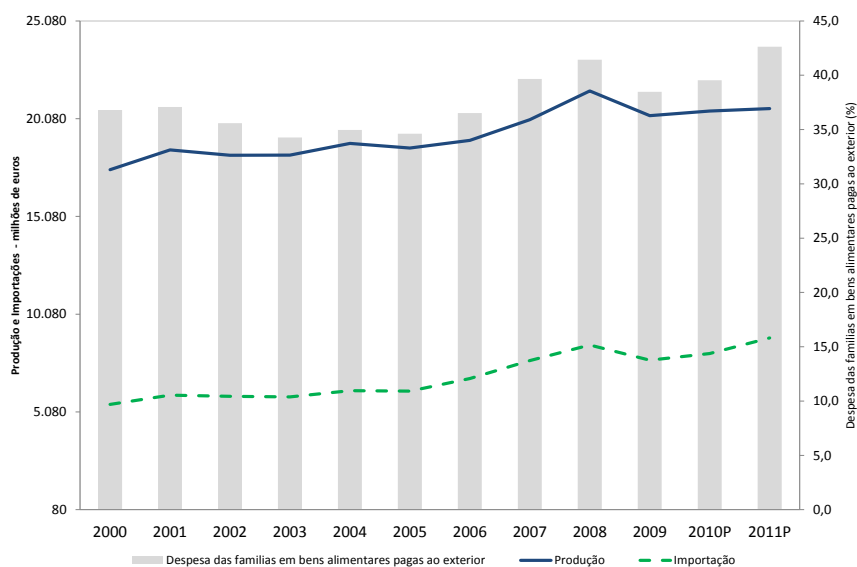
P - dados provisórios, GPP.

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2006) e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

Embora se tenha verificado um crescimento da produção de bens alimentares de 1,5% ao ano, tal foi insuficiente para compensar o incremento dos níveis de consumo, levando por isso a um acréscimo de importações (em 2008, as famílias e as indústrias alimentares, bebidas e tabaco são responsáveis por 47,1% e 31,4% das importações de bens alimentares, respetivamente). Com efeito, registou-se um aumento significativo dos níveis de consumo (crescimento médio

anual de 3,1% em valor entre 2000 e 2011) fruto, por um lado, do aumento do consumo das famílias de bens alimentares, e, por outro, das indústrias agroalimentares (representando, respetivamente, 40% e 25%¹¹ do total de consumo de bens alimentares).

Gráfico 7: Despesa das famílias em bens alimentares e evolução da Produção, Consumo e Importações* de bens alimentares (preços correntes)



*Corresponde ao agregado agricultura (sem tabaco e algodão), pescas e indústrias alimentares e bebidas.

P - dados provisórios, GPP.

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2006) e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

Quadro 16: Importação de bens alimentares pela agricultura, IABT, restauração e consumo das famílias

	Importação de bens alimentares (%)
Agricultura	5,7
Ind. Alimentares das bebidas e do tabaco	31,4
Restauração	8,2
Consumo das famílias	47,1
Outros	7,5
Total	100,0

Fonte: GPP, a partir Matriz de importações (CIF) 2008 – Contas Nacionais, INE

¹¹ Estimativas GPP, a partir de quadros de input-output CN, INE.

Este crescimento permitiu alterações dos padrões de consumo, incluindo o consumo generalizado de bens que não são característicos da produção nacional e a (é o caso, nomeadamente, dos frutos tropicais, que representam aproximadamente 2% das importações alimentares nacionais, e de algumas carnes).

A forte dependência da importação de cereais (grau de autoaprovisionamento próximo dos 25%) e de outros produtos para alimentação animal, agravada pela tendência de crescimento dos respetivos preços, tem contribuído negativamente para balança comercial. Note-se que, mais de metade das importações alimentares é consumida, indiretamente, através de produtos transformados e da restauração.

Segundo cenários construídos pelo GPP¹², a conjugação da manutenção dos níveis de consumo alimentar de 2011 com um ritmo do crescimento das exportações de 7,6% em média anual e um crescimento da produção alimentar de 2% ao ano, permitiria diminuir o ritmo de crescimento das importações e traduzir-se-ia num significativo aumento do grau de autoaprovisionamento alimentar em valor (cf. quadro 16).

Quadro 17: Cenário Grau de autoaprovisionamento do setor agroalimentar¹ 2020

	Hipóteses	2011	2020	Taxa de variação	Taxa de crescimento
				período 2011-2020	médio anual 2011-2020
	%	<i>mio euros</i>		%	%
Produção	2,0	20.597	23.570	14,4	1,5
Exportações	7,6	4.376	8.494	94,1	7,6
Importações		8.971	10.116	12,8	1,3
Consumo	0,0	25.192	25.192	0,0	0,0
Grau de auto-aprovisionamento		81,8	93,6	14,4	
Saldo comercial		-4.596	-1.622	-64,7	

¹Corresponde ao agregado Agricultura, Pescas e Indústrias Alimentares, Bebidas e Tabaco.

Fonte: GPP.

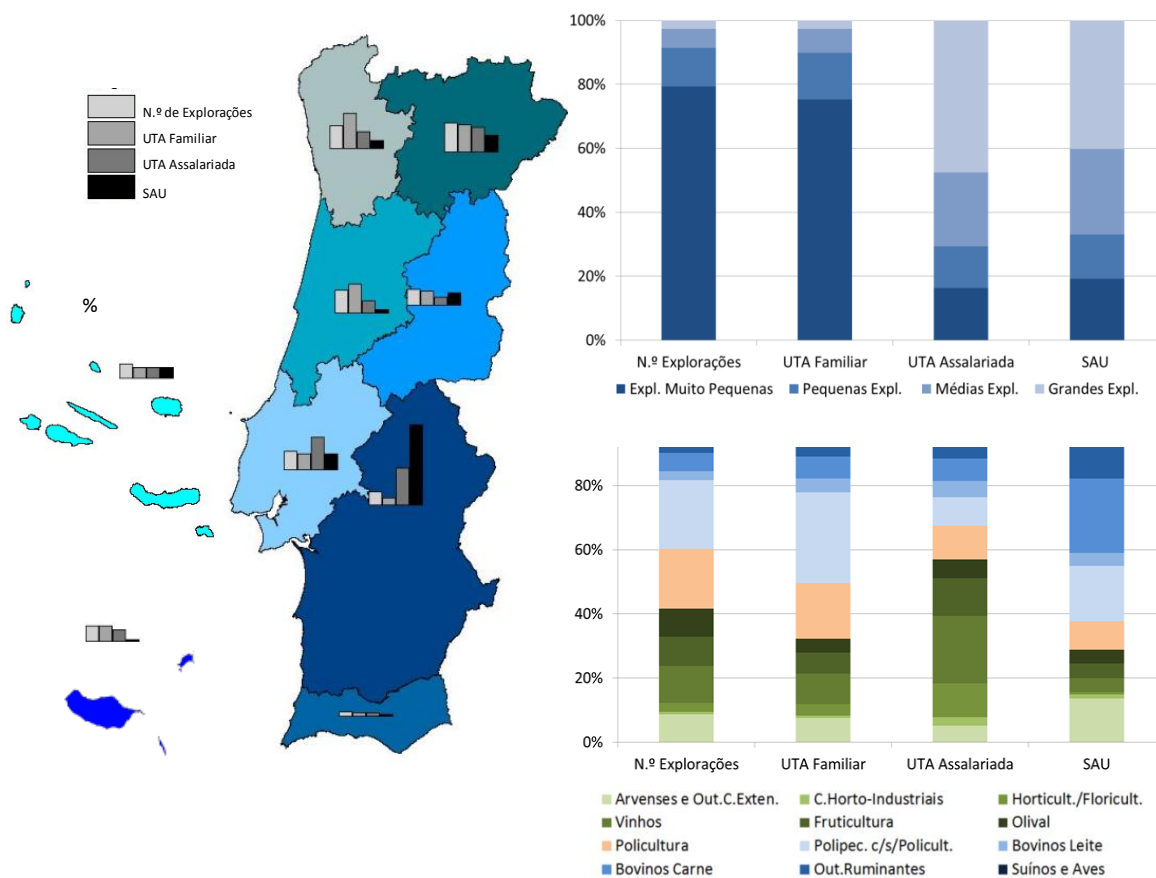
¹² Contudo, o aumento verificado no grau de autoaprovisionamento estaria sobreavaliado, na medida em que um aumento da produção alimentar nacional implica sempre um aumento das importações destinadas aos intraconsumos e este efeito não está quantificado no cenário apresentado. A repercussão no aumento de importações seria tanto menor quanto maior fosse o aumento da produção em setores pouco importadores ligados à produção vegetal face aos ligados à produção animal intensiva, de que seriam exemplo, as fileiras do azeite e do vinho, a indústria transformadora do tomate e as conservas hortofrutícolas.

4.5. A ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Existem em Portugal, segundo o Recenseamento Agrícola 2009, **305 266 explorações agrícolas** explorando **3 668 145 hectares de Superfície Agrícola Utilizada** e ocupando um volume de mão-de-obra de **367 394 UTA**, dos quais 294 415 são UTA's familiares. Na análise da agricultura portuguesa e dos seus indicadores terá que se ter em conta a coexistência de realidades muito distintas, como se pode ver na figura 1.

- A grande maioria das explorações (70%) e do volume de trabalho (72%) encontra-se no Norte e Centro do Continente enquanto a SAU se localiza maioritariamente no Alentejo (55%);
- A grande importância em explorações (39%) e em volume de trabalho (40%) das explorações não especializadas (Policultura, Polipecuária e Policultura com Polipecuária) e a importância significativa das explorações especializadas em bovinos (23%) e pequenos ruminantes (17%) na ocupação do território;
- O predomínio das explorações com pequena e muito pequena dimensão económica (91%) que detêm a maioria do volume de trabalho (78%) em oposição ao predomínio em SAU (67%) das explorações de média e grande dimensão económica. Note-se que as grandes explorações sendo apenas 2,7% das explorações agrícolas detêm 40% da SAU;
- A Agricultura mais empresarial, que tende a recorrer numa maior proporção à mão-de-obra assalariada, é essencialmente de Grande e Média Dimensão Económica e mais importante nas explorações especializadas em Horto-indústria, Suínos e Aves, Horticultura e Floricultura;
- A pluriatividade dos agricultores e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos seus rendimentos, para a viabilidade económica das explorações de menor dimensão e para a redução das famílias em situações de crise. O plurirrendimento é particularmente importante nas explorações de Pequena e Muito Pequena Dimensão Económica.

Figura 1: Agricultura por região, dimensão económica e orientação produtiva em 2009



Fonte: GPP, a partir de RA 09.

A conjugação destes eixos de diversidade:

- no Norte, Centro, Algarve e R.A. Madeira, a SAU está maioritariamente nas explorações de pequena e muito pequena dimensão económica, que tendem a ser pouco especializadas e a depender maioritariamente de rendimentos provenientes do exterior da exploração, não obstante a presença muito significativa de explorações especializadas em bovino de leite e viticultura, entre outras;
- no Alentejo, em Lisboa e Vale do Tejo e na R.A. dos Açores, a SAU está concentrada nas explorações de média e grande dimensão económica, que tendem a ser explorações especializadas, com destaque para as especializadas em bovinos e pequeno ruminantes, mais empresariais e menos dependentes de rendimentos exteriores;

Assiste-se a um aumento da dimensão média das explorações (12,7 ha/expl. em 2009 face aos 9,8 ha/expl. em 1999) em resultado da redução do número de explorações (-27% face a 1999), conjugada com a ligeira diminuição da Superfície Agrícola Utilizada (-5%). Esta diminuição ocorreu essencialmente nas explorações de menor dimensão, verificando mesmo um **aumento nas explorações com mais de 50 hectares**, quer em número, quer em SAU. Esta evolução poderá estar associada a processos de florestação, de urbanização e de envelhecimento demográfico.

Quadro 18: N.º de Explorações e SAU segundo a Dimensão Física no RGA99 e RA09

	Explorações			SAU		
	2009		Variação 99/09	2009		Variação 99/09
	N.º	%	%	ha	%	%
Continente	278 114	100,0	-27,2	3 542 305	100,0	-5,2
<i>Escalões de área</i>						
< 1 ha	47 498	17,1	-46,4	29 334	0,8	-42,8
1 a <5 ha	160 902	57,9	-23,6	353 007	10,0	-23,7
5 a <20 ha	49 311	17,7	-19,8	461 345	13,0	-19,3
20 a <50 ha	10 356	3,7	-12,0	316 160	8,9	-11,4
50 a <100 ha	4 016	1,4	3,6	280 550	7,9	3,6
>100 ha	6 031	2,2	5,1	2 101 909	59,3	3,9

Fonte: GPP, a partir de RGA99 e RA09.

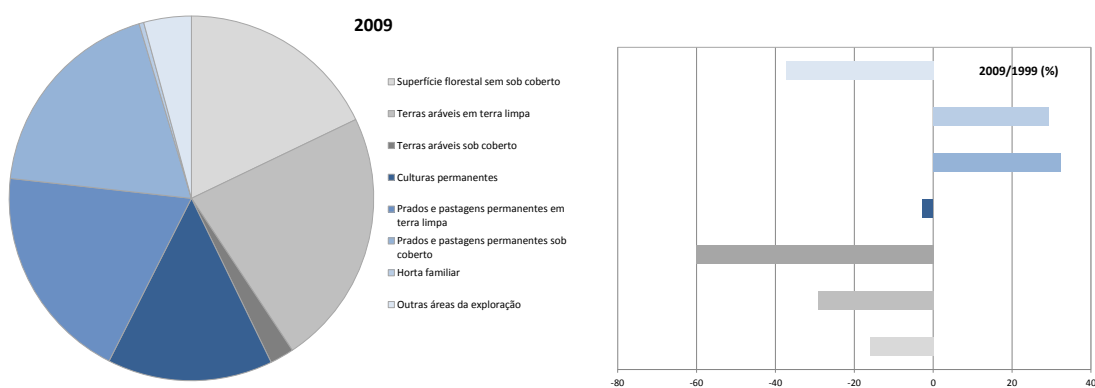
Quanto à composição da superfície das explorações agrícolas observou-se uma significativa **transferência na ocupação do solo entre as terras aráveis e os prados e pastagens**, a redução das terras aráveis foi proporcionalmente compensada pelo aumento das superfícies de prados e pastagens. As culturas permanentes mantiveram praticamente a mesma área (gráfico 7).

Os prados e pastagens permanentes (com e sem coberto) são agora quase metade (47,4%) da SAU, as terras aráveis são 32,7% e as Culturas Permanentes 19,4%. Em 1999 eram respetivamente 34,4%; 46,8% e 18,9%

As mesmas tendências se verificam ao nível regional. Na Beira Litoral, região mais afetada em termos relativos pela perda de SAU, a quebra na superfície de terras aráveis é ainda mais significativa, cerca de 54%. Mesmo no Alentejo, a única região onde se verifica um aumento da SAU, ocorre uma inversão significativa da componente mais importante da utilização do solo.

Estas alterações indiciam uma forte alteração de uso do solo, resultante do ajustamento dos produtores a novas realidades, nomeadamente novas condições de mercado e novas orientações dadas pelas políticas públicas, nacionais e principalmente comunitárias.

Gráfico 8: Superfície total das explorações agrícolas e respetiva variação 2009/1999



Fonte: GPP, a partir de RA99 e 09.